

ARTIGO

OUTONO DA TEORIA?
*Sobre o significado de uma
teoria do conhecimento histórico
sem história*

SÉRGIO DA MATA

Universidade Federal de Ouro Preto
Ouro Preto | Minas Gerais | Brasil
sdmata@ufop.edu.br
orcid.org/0000-0002-7963-6292

Neste ensaio realizamos uma cuidadosa análise da “teoria da história sem história” (THsH). Depois de evidenciar o caráter niilista deste programa, pretendemos, num segundo momento, situá-lo no contexto mais amplo da história da teoria no Ocidente. Na terceira e última sessão do texto, faremos uma breve discussão sobre o que a ideia de uma THsH parece estar indicando: o possível esgotamento da concepção tradicional de teoria nas ciências humanas.

teoria da história—história da teoria—história dos conceitos—niilismo

ARTICLE

AUTUMN OF THEORY?
*On the meaning of a theory
of historical knowledge
without history*

SÉRGIO DA MATA

Universidade Federal de Ouro Preto
Ouro Preto | Minas Gerais | Brazil
sdmata@ufop.edu.br
orcid.org/0000-0002-7963-6292

In this essay we carry out a careful analysis of the “theory of history without history” (THsH). After highlighting the nihilistic character of this program, we intend, in a second step, to place it in the broader context of the history of theory in the West. In the third and final section, we will briefly discuss what the idea of a THsH seems to be indicating: the possible exhaustion of the traditional conception of theory in the human sciences.

theory of history—history of theory—history of concepts—nihilism

*Cinzenta, caro amigo, é toda teoria,
e verde a esplêndida árvore da vida.*
Goethe

PRÓLOGO NA SALA DE JANTAR

Permitam-me começar este texto com uma pequena história pessoal. Quando minha filha mais velha tinha três ou quatro anos, ela nos surpreendeu com um pedido inusitado: “Eu quero um pão com presunto sem pão”. Como vocês podem imaginar, foi impossível conter o riso. Não teria sido muito mais simples pedir *apenas* presunto? A distância mais curta entre dois pontos continua a ser uma reta, mas aquela criança, como é próprio do ser humano, preferiu encurtar o caminho. É como se para Lis, até então, essas duas coisas — o pão e o presunto — jamais pudessem ser pensadas separadamente. Ou melhor, suas vivências até aquele momento devem ter lhe sugerido que até existe pão sem presunto, não o contrário. Emancipar o presunto daquele invólucro incômodo pode ter sido o primeiro grande feito intelectual de sua vida.

Eu havia me esquecido dessa história, até que meus olhos pousaram no índice de um número recente da *Revista de Teoria da História*. O ensaio de Raylane Souza sobre “teoria do conhecimento histórico sem história” certamente chamou a atenção de muitos leitores, e devo dizer que, em meu caso, foi inevitável a associação com o pedido feito por minha filha dezoito anos atrás. Mas para que paladares exigentes se destina um projeto desses? Estamos mesmo em condições de, dispensando um incômodo invólucro (o pão da história), passar direto ao que interessa?

Luiz Costa Lima sublinhou, não faz muito tempo, as dificuldades que se colocam para quem pretende teorizar em um país periférico (Lima 2013), e as arrojadas proposições da jovem historiadora dão prova de que ela não esmoreceu diante de tais dificuldades. Raylane Souza escreveu uma peça incomum, autoral, um texto “bom para pensar”. Ela se desvencilha dos ombros dos gigantes — Marc Bloch é único autor mencionado — e desenha uma proposta que merece ser debatida. O texto a seguir é um aceite ao convite feito pela autora, muito embora expresse minhas próprias inquietações. As quais, espero, não esconderão o fato de que há uma concordância básica entre nós: existe, efetivamente, o que se poderia chamar de “a questão da teoria”.

Me esforcei, tanto quanto pude, para apreender o que a autora pretendeu dizer ao longo das dez páginas de seu ensaio, e não estou bem certo de que fui bem-sucedido. Seja porque nem sempre se encontra ali a necessária clareza de formulação, seja porque vários dos termos propostos só são elucidados quase que ao fim do texto. A fim de examinar com o devido cuidado as possibilidades desta nova teoria da história, me pareceu apropriado situá-la em um contexto mais amplo: o da história do conceito de teoria. Somente então se poderá especular sobre o possível lugar que ela ocupa nessa longa trajetória. Em última análise, trata-se de saber se o programa em questão é apenas a consequência natural de uma expansão sem precedentes da teoria da história nos últimos tempos ou se prenuncia o esgotamento de uma determinada forma de se conceber o “trabalho teórico” nas ciências humanas em geral, e na história em particular.

NILISMO E TEORIA DA HISTÓRIA

Teoria da história sem história (THsH): como se deveria caracterizar algo assim? Vejo na proposta de Raylane Souza a face epistêmica de uma atitude niilista difusa, própria dessa época que alguns chamam de modernidade “tardia”. Antes que se diga que meu uso do conceito é impróprio, convém justificá-lo. Tal como o compreendo, o componente niilista é manifesto naqueles construtos intelectuais cujo fascínio advém, sobretudo, do fato de se apresentarem como o avesso de si mesmos. Nada aqui que remeta àquela hegeliana “negação da negação”, que, como sabemos, indica um movimento rumo à superação racional do existente. Na disposição niilista a contradição fica exposta e se dá por satisfeita com tal exposição. O mais próprio da atitude niilista não é o desespero, mas a inconsequência. É negação sem *Aufhebung*, portanto negação pela negação. Visto que, em termos lógicos, o traço distintivo do niilismo é a aporia (Weiler 1980), não é difícil entender por que a sua figura retórica preferida é o oxímoro.

O niilismo epistêmico se dá a ver mais facilmente quando o colocamos ao lado de fenômenos análogos, ainda que situados fora do campo intelectual. Um correlato mais óbvio nos dias de hoje é o que se convencionou chamar de “antipolítica”. Não estou sugerindo que aquele se reduza a esta, ou que a segunda seja a manifestação mais sublime do primeiro, mas apenas que os dois expressam uma realidade maior, e cujo fundamento sociológico já foi objeto de competentes análises (Schelsky 2007). Que *pode* subsistir uma afinidade entre as duas modalidades de niilismo, fica evidenciado no obscurantismo militante e na cruzada anticência movida pelo populismo de extrema-direita. A aproximação aqui proposta corre o risco de parecer exagerada, mas uma reflexão serena demonstrará, assim espero, que ela faz sentido.

Tais afinidades não devem esconder uma importante distinção: a “antipolítica” *sabe* que não passa de política envergonhada de si mesma. No que diz respeito a seus representantes, a “antipolítica” não passa de filisteísmo, algo que seria no mínimo grosseiro imputar à THsH. Em termos formais, a última se esforça por ser consequente e, na medida em que mobiliza o discurso argumentativo (o *logos*), não chega a configurar uma modalidade das mais radicais de niilismo epistêmico.¹ Como quer que seja, os possíveis entusiastas da THsH se encontrarão em uma situação claramente mais vantajosa que a do niilista político. É que, por sua própria natureza, suas proposições não precisam se submeter ao confronto com a realidade, esse teste decisivo de que nem o mais exaltado dos “apolíticos” consegue se esquivar por muito tempo.

Já foi dito que para lidar com coisas difíceis de se conceituar, resta-nos a metáfora. Com a teoria, é claro, não poderia ser diferente. Em minhas aulas, costumo dizer que “o cobertor da teoria é curto” quando tento deflacionar as expectativas dos estudantes a respeito. Afinal, a quantidade de problemas é desproporcionalmente maior que a de teorias. Essa advertência contra os riscos do teorismo tem um sentido semelhante ao daquela frase impressa nos rótulos de cerveja: *aprecie com moderação*. Não foi no mesmo espírito que, alguns anos atrás, num texto em homenagem a um nome influente de nossas ciências sociais, um coletivo de autores empregou uma alegoria menos sutil: “Na perspectiva científica, é preciso, por meio da teoria, aprender a ver, antes de enxergar. Essa disposição para mergulhar na teoria, montar na teoria, para depois cavalgar no

¹ É prudente reconhecer, tal como no caso do niilismo filosófico *tout court*, que quando se fala de niilismo epistêmico existem gradações – do anti-realismo pós-estruturalista ao negacionismo mais grosseiro. Cf. Brown (2023), Wright (2021), Cuneo (2007) e Strauss (1999).

cavalo empírico, nunca faltou a X”. Ainda que de gosto duvidoso, a metáfora equestre não chega a ser incorreta: salvo para os que se ocupam exclusivamente com o trabalho teórico, a teoria é um pelego. No entanto, a observarmos com cuidado – exemplos não faltam –, nem sempre é fácil saber quem “cavalga” quem. O mais comum nas humanidades ao longo dos últimos setenta anos é que a ordem das coisas seja invertida: no alto a teoria, no meio a realidade, embaixo o pesquisador.

Raylane Souza não incorre nesse erro. Como ela faz questão de anunciar na abertura de seu texto, sua intenção é “começar e terminar em ideias”, e isso “sem precisar de um fato específico” e nem sequer “de uma razão”. Estas poucas palavras encerram uma multidão de problemas, mas é um termo recorrente no ensaio o que mais chama a atenção. Faço a contagem com a ajuda de meu leitor de PDF: a palavra “crença” é empregada 35 vezes num texto de apenas dez páginas. Ora, que tipo de crença se quer assegurar, ou antes, crença *em quê*? Crença nos “fatos” (Souza 2023, 246; 253)? Crença em “sentenças”, crença na teoria da história (Souza 2023, 248)? Crença nas “ideias” (Souza 2023, 249)? Crença na “realidade” (Souza 2023, 252)? Uma THsH teria por objetivo, de um lado, fortalecer nossa confiança em todas essas coisas, e nesse sentido parece ser inadequado o meu uso do conceito de niilismo. O problema é que esse anseio da autora se choca frontalmente com a ideia de que a “crença” pode ser maximizada desde que abdicuemos da história.

Postula-se que “a ideia é a fonte soberana do conhecimento histórico da história”. Deve-se, por conseguinte, “começar e terminar em ideias” (Souza 2023, 246). É justamente isso o que permitiria “infundir crença nos fatos”. Mas se já temos as ideias, por que precisaríamos dos fatos? Tenho a impressão de que, no sentido estrito do termo, essa entidade nominalística, o fato, só interessa a historiadores e historiadoras de forma subsidiária. Não quero, porém, perder o fio da meada. A forma demasiado imprecisa com que se fala em “ideias” e “fatos” atravessa o artigo do início ao fim, estendendo-se ainda a noções como “sentenças afirmativas” e “sentenças negativas”, que tampouco são adequadamente elucidadas. A leitura progride em suspenso, na esperança de que em algum momento a névoa se dissipe.

Estamos ainda na primeira página do artigo e nossas dificuldades seguem num crescendo. “As ideias do nosso conhecimento histórico não nascem da história”, mas sim de nossa “percepção da realidade”. Parece-me que a autora estabelece uma equivalência entre história e “passado”, e, por oposição, entre realidade e “presente”. Caso essa leitura esteja correta, a THsH deverá ser vista como uma modalidade de presentismo. De fato, em nenhum momento a discussão recorre a exemplos concretos. O apagamento do objeto — significa dizer, para a imensa maioria da *nossa* comunidade profissional: as vidas, os eventos e os processos transcorridos em um tempo que não é mais o nosso — e a caracterização do trabalho teórico em termos tão abrangentes nos colocam diante de um óbvio impasse. Concebida nesses termos, a THsH pode ser também a teoria do conhecimento de praticamente qualquer coisa, de protozoários à matéria escura. Não há qualquer razão aparente para adjetivar tal teoria como “do conhecimento histórico”. A rigor, estaríamos diante de uma metateoria geral, e não de uma nova forma de pensar a história.

A argumentação dá a entender que teorias são conglomerados de ideias (o que é certo, *desde que* esse conglomerado seja uma articulação rigorosa e sirva a algum propósito cognoscitivo factível). Ideias, afirma Raylane Souza, são o mesmo que “noções aproximadas da realidade” (o que não é certo, visto que

terraplanistas e toda sorte de lunáticos também podem ter “ideias”). Minhas dificuldades culminam na seguinte formulação: “a noção aproximada da realidade fundamenta a nossa representação mental, e é da nossa representação mental que provém a noção aproximada da realidade, ou ideias” (Souza 2023, 247). Quando utilizamos acrônimos, a tautologia se torna evidente.

NAR → RM → NAR

Em outras palavras, afirma-se que as “ideias” produzem a si mesmas. Nem sequer sabemos se ao longo do processo — que, a acreditarmos em Raylane Souza, é catalisado não pelo trabalho de pesquisa ou pelo método, mas por “representações mentais” — as novas “noções aproximadas da realidade” são mais precisas e menos dadas ao erro do que as que o deflagraram, ou seja, se podemos esperar alguma distinção qualitativa entre as primeiras e as últimas. Ora, se teorias são conglomerados (racionalis) de ideias, de tudo isso se depreende que a THsH assenta na “crença” de que não há qualquer necessidade de que o teórico da história se familiarize com o trabalho de historiadores e historiadoras. Um fisioterapeuta, um engenheiro ou um entomólogo poderiam se tornar competentes representantes da THsH — desde que, obviamente, suas “ideias” fossem capazes de convencer alguém além deles mesmos. De conhecimento *da história* não haveria necessidade alguma. Basta dispor de um “intelecto”, a verdadeira origem não só das ideias, mas... dos próprios fatos! (Souza 2023, 247). No plano teórico, até mesmo uma aproximação entre niilismo e platonismo se torna possível.

Mas a THsH é algo mais que teoria da história “sem historiador”; ela quer fazer jus ao seu nome. A deshistoricização se consuma na discussão em torno da definição de história de Marc Bloch. Haveria três caminhos possíveis: ou (1) não acreditamos na definição, ou (2) nos perguntamos sobre sua origem, ou (3) a analisamos. A respeito da primeira possibilidade, nada mais é dito. Se falta a “crença”, já não há o que fazer. Sobram as opções 2 e 3: investigação das origens, de um lado, e “análise”, do outro. O âmago da THsH reside no expurgo da segunda alternativa, pois nossas questões devem ser enfrentadas “sem necessariamente entrar em um processo contínuo e prolongado de pensamentos de origem” (Souza 2023, 248). A justificativa apresentada para o expurgo da historicização é curiosa. Como para a autora a dinâmica das ideias pode ser resumida na fórmula NAR → RM → NAR, é como se a investigação das “origens” aprisionasse tal empreendimento num *looping* que, como todo *looping*, não conduz a lugar algum.

Mas essa premissa deve ser questionada, justamente porque se inspira na crítica daquilo que o mestre francês, num raro arroubo retórico, chamou de “o demônio das origens” (Bloch 2002, 58). A meu juízo, Bloch está simultaneamente certo e errado a esse respeito. Errado porque nem toda pergunta a respeito das origens é vã. Como ficará demonstrado na próxima seção deste artigo, tal esforço bem pode, em determinados casos, ampliar nossa compreensão de algo pela simples razão de que ao reconstruir sua trajetória nós o tornamos menos autoevidente. Quem não se deu conta disso não compreendeu ainda a pujança de campos de pesquisa como a semântica histórica ou a história das ideias. Estudos como os de Georges Dumézil sobre a origem da ideologia tripartite das sociedades indo-europeias, de Lorraine Daston sobre as origens morais do moderno conceito de objetividade ou de Dieter Henrich sobre a origem dos grandes *insights* filosóficos são eloquentes nesse sentido.

Bem sei que as condições excepcionalíssimas em que Bloch escreveu seu manuscrito têm de ser levadas em conta. Omitir esse atenuante seria violar, como disse alguém, as leis eternas da probidade literária. Bloch tem razão, obviamente, quando sublinha que um “gosto apaixonado pelas origens” nem sempre é um empreendimento produtivo. Há instituições humanas cujas origens se perdem na noite dos tempos, ou fenômenos culturais — como o conto popular — que não se dão a um exaustivo rastreamento retrospectivo. Ele afirma, nesse contexto, que as ciências humanas “se atrasaram em relação às ciências da natureza” (Bloch 2002, 57). Avesso ao purismo de uma certa tradição hermenêutica (para a qual o pecado dos pecados nas humanidades é recorrer a métodos das ciências naturais), Bloch reconhece que um tratamento puramente analítico, ou morfológico, é justificável naquelas situações em que o esforço genealógico se mostra pouco promissor. Seu notável artigo de 1921 sobre as falsas notícias de guerra é prova de como, às vezes, a melhor forma de se resolver um problema histórico não está em rebobinar a fita do tempo.

Quando se lê atentamente esta seção de *Apologia da história*, nota-se que a crítica ao “demônio das origens” é, ela própria, histórica: está assentada em inúmeros exemplos concretos extraídos do passado. Quem pensa historicamente também pode fazê-lo de forma sincrônica, desde que não oblitere a experiência histórica. A despeito de suas reservas (e de nossas reservas às suas reservas), Bloch nunca se afasta dos fundamentos de nossa ciência, que “é e continua a ser uma ‘ciência da experiência’” (Koselleck 2014, 30). Numa palavra, Bloch faz teoria da história *com* história.

Na acepção mais estrita do termo, a teoria do conhecimento histórico está sempre submetida a uma dupla pressão. Ela pretende ser “reflexão do pensamento histórico sobre si mesmo” (Rüsen 2015, 31), e, por conseguinte, tende a adquirir um caráter marcadamente especulativo, filosófico, até. A questão está em saber se para levar a cabo sua tarefa ela precisa cortar todas as cordas que a mantém atada à experiência histórica concreta. Os grandes nomes da teoria da história sempre se recusaram a dar esse passo porque sabiam ou intuam que o resultado não passaria de um festival de abstrações.

A curta segunda seção do artigo de Raylane Souza traz uma série de considerações — vejam só — sobre o lugar onde se “originam” as ideias. Esse lugar é a consciência, e não ocorre sem a mediação da “percepção da realidade”. Eis a razão, conclui ela de forma um tanto paradoxal, pela qual “não é produtivo perguntar qual é a origem das ideias ou querer rastrear o pensamento até a sua origem” (Souza 2023, 250). Bem, todos sabemos que a consciência não existe no éter. Ela é incapaz de se colocar problemas fora do horizonte epistêmico da época ou da ambiência cultural à qual pertence. O filósofo, ou o teórico, pode se dar ao luxo de ignorar tudo isso e se encerrar no mundo das ideias, dando-se por satisfeito em acessar o conteúdo delas. Mas caso queira compreendê-las a fundo é recomendável articular a análise imanente às perspectivas sincrônica e diacrônica, abordá-las, portanto, não apenas em seu contexto, mas também em ação. Abrir mão da abordagem genética, como preconiza uma teoria deshistoricizada da história, mais nos afasta que aproxima deste ideal.

Como toda teoria que se preze, a THsH pretende ancorar-se numa “utilização lógica de sentenças” (Souza 2023, 250). A autora escreve logo a seguir: “*Sempre* a teoria rejeita sentenças absolutas sobre os fatos, e *nunca* persegue suas origens”. Os grifos, que são meus, revelam o fosso que por vezes se abre entre a intenção e a consecução de nossos atos, inclusive os da consciência — pois a frase é a negação expressa de si mesma. Peço a você que a releia. Como

supor que o emprego das perigosas palavras “sempre” e “nunca” não introduza na sentença aquele mesmo absoluto que ela supostamente quer evitar? O lapso de Raylane Souza pode ter sido apenas isso, um lapso. Como pode, ainda, servir de índice de um fenômeno mais generalizado. Ao identificar-se, ao longo das últimas décadas, com a hermenêutica filosófica, com a narratologia e, mais recentemente, com uma “ciência do tempo no homem”, a teoria da história ampliou tremendamente seu modesto programa original, que era o de formular uma epistemologia e uma lógica do conhecimento histórico. A especulação meta-histórica se ampliou por horizontes desconhecidos até inícios do século passado. Como parece indicar a leitura de teses e dissertações defendidas nos últimos tempos, nas quais as contradições no exercício da argumentação já não parecem tirar o sono de ninguém, a lógica se tornou um exercício démodé. Mas esse esquecimento tem seu preço.

Voltemos à THsH. Sua criadora entende que a sentença meta-histórica ideal é a que oferece uma “descrição rica de um fato específico”. Mas então, por que teríamos necessidade de teoria da história se já dispomos de historiografia? Afinal, o que é historiografia (ciência da experiência), em sua acepção predominante, senão a *descrição densa* de eventos ou processos específicos? Quando afirma, no alto da página 251, que o risco de erro de uma sentença histórica diminui na razão inversa de seu alcance, Raylane Souza enuncia um paradoxo conhecido pelo menos desde a década de 1890. Desde Sigwart e Rickert se sabe que quanto mais extenso é um conceito — igualmente composto de sentenças —, mais específico ele será; e quanto mais sintético, mais abrangente. Agora, se a adequação dessas sentenças se relaciona com a escala de análise adotada, é outra questão. Tanto para o aficionado por abstrações quanto para o nominalista inveterado, o decisivo é acuidade reflexiva, rigor intelectual, senso de proporção. A questão da escala é o que menos importa.

A autora se volta então para o que chama “tipos de fato”. A deshistoricização da teoria da história se justificaria porque “todos os tipos de fato ignoram a gênese das ideias e o pensamento genético”. Fazendo uso deles, evita-se “que regressemos às origens dos pensamentos” (Souza 2023, 251). Isso provavelmente vale para o conceito de tipo das ciências biológicas, que é puramente taxonômico, e até mesmo, como mostrou Alfred Schütz (2018, 289-290), para as tipificações que produzimos o tempo todo em nossa vida cotidiana (“a comida feita no fogão a lenha é mais saborosa”, “vira-latas são mais inteligentes que cães de raça”, “o capitalismo é a causa de todos os nossos males” etc.). Um já centenário ensaio metodológico revela, contudo, o quão precipitado foi o juízo da autora. Em sua conhecida discussão sobre o uso de conceitos em história e economia política, Max Weber afirma que “o tipo ideal é, acima de tudo, uma tentativa de apreender os indivíduos históricos ou os seus diversos elementos em *conceitos genéticos*” (Weber 1991, 140).² Efetivamente, sua arqueologia das origens religiosas do espírito do capitalismo é um exemplo entre muitos de como a crítica indiscriminada do “conhecimento genético” corre o risco de jogar o bebê fora com a água do banho.

² O grifo é meu. A propósito, a expressão “indivíduos históricos” não se refere apenas a pessoas. Ela denota quaisquer processos, eventos e indivíduos que consideramos singulares e que, por esta razão, acabam suscitando o interesse histórico. Weber se orienta diretamente pelo que escreveu Rickert (2023, 309-341) no quarto capítulo de seu *Os limites da formação de conceitos científico-naturais. Uma introdução lógica às ciências históricas*.

Ainda assim, Raylane Souza insiste numa antinomia (a nosso ver inexistente) entre “teoria genética” e o que ela chama de “teorismo crítico das conjecturas” (TCC). Por alguma razão, a primeira estaria associada a uma ilusória busca “pela verdade única” (Souza 2023, 252).

O que vem a ser o TCC, na prática? Boas teorias do conhecimento devem se constituir preferencialmente de sentenças que traduzam “crenças afirmativas”, isto é, avaliações baseadas em percepções corretas da realidade. O TCC seria a maneira de se colocar as sentenças à prova, na medida em que têm de “resistir ao exame da realidade”. A ideia é criar um antídoto contra teorias que, negando-se a tal exame, ainda assim sonham com um lugar ao sol em nossa episteme. Raylane Souza batiza as últimas de “crenças negativas”. Elas são “infundadas” porque “estão baseadas em ideias de origem” e lidam com um tipo de verdade “fora de nosso alcance”. Há uma associação, constata ela, entre “crenças negativas” e “ideias de origem e de verdade metafísicas” (Souza 2023, 253).

A tarefa do intérprete não é das mais fáceis, não porque o texto tenha uma óbvia e bem-vinda ambição teórica, mas porque se vale de uma terminologia opaca. Os exemplos que evoquei — Dúmezil, Daston, Henrich, Weber — me dão a sensação de que a cruzada contra o “demônio das origens” pode ter ido longe demais. De maneira geral, estou pronto a admitir que a THsH e o TCC se orientam por preocupações legítimas. A grande onda obscurantista com que nos defrontamos nos dias de hoje, tenha ela fundo religioso ou ideológico, talvez esteja na raiz do esforço feito pela autora. Mas expurgar a teoria da história de seu componente histórico, sob o argumento de que devemos mantê-la a salvo da metafísica, é o mesmo que supor que o modo genealógico de pensar tem por objetivo precípua afastar-nos do terreno da ciência a fim de lançar-nos no da... crença.

DA TEORIA DA HISTÓRIA À HISTÓRIA DA TEORIA

A distinção feita por Raylane Souza entre “historiador teórico” (Souza 2023, 247) e “pesquisador não-teórico” (Souza 2023, 249) quase passa despercebida em seu ensaio. No geral, nossa comunidade profissional lida com este par assimétrico de conceitos de forma naturalizada, o que mostra que nenhum de nós está inteiramente a salvo de um *common sense reasoning*. De toda forma, estes dois “tipos de fato” se prestam a um pequeno experimento mental para o qual gostaria de convidar o leitor. A formulação abaixo não passa de uma adaptação do famoso paradoxo do barbeiro que se costuma atribuir a Bertrand Russel.³ Permitam-me chamá-lo de “o paradoxo do historiador teórico”:

Supondo que o historiador teórico seja aquele que se dedica a propor teorias para aqueles (e somente aqueles) historiadores incapazes de teorizar por si mesmos, pergunta-se: pode o historiador teórico teorizar o próprio trabalho?

³ “You can define the barber as ‘one who shaves all those, and those only, who do not shave themselves’. The question is, does the barber shave himself?” (Russel 2010, 101). Russel não é o pai do paradoxo do barbeiro, mas seu avô. Trata-se de uma versão popularizada da antinomia descoberta por ele no alvorecer do século XX, e que leva seu nome.

As duas respostas possíveis, na verdade, são uma só. Se optamos pelo “não”, então o historiador teórico é um pesquisador não-teórico. E se optamos pelo “sim”, isso significa que nosso personagem estaria demandando teorização a si mesmo, o que também faria dele um “não-teórico”. E isso, lembre-se, porque a condição imposta no enunciado é a de que o historiador teórico teoriza exclusivamente para os pesquisadores não-teóricos, jamais para tentar resolver os próprios problemas.

Felizmente, existe algo que os neokantianos chamavam de *hiatus irrationalis* entre conceitos e realidade. Do contrário, os que se dedicam à teoria da história (“reflexão do pensamento histórico sobre si mesmo”) estariam em maus lençóis. Sabemos que as condições impostas no paradoxo são artificiosas, da mesma forma que suspeitamos que a tipificação sobre a qual se baseia talvez seja arbitrária: o paradoxo do historiador teórico desaparece tão logo deixemos de considerar *factível* a distinção entre “teóricos” e “não-teóricos”. Pois bem, qual será a proporção aproximada daqueles que, em nossa comunidade profissional, consideram a teoria como algo relevante em seu trabalho? A opinião mais difundida, dentro e fora do Brasil, é a de que os “historiadores teóricos” constituem uma minoria. Uma minoria que, na melhor das hipóteses, seria incompreendida, e, na pior, tratada com certa hostilidade.

Luiz Costa Lima escreveu a respeito do que ele considera ser a nossa “cegueira reflexiva”. Ela se evidenciaria, entre outras coisas, no cerco que teria sido levantado por *conservadores* e *populistas* contra o “recente interesse teórico de historiadores em formação” (Lima 2013, 469; 486-487). Segundo Costa Lima, o domínio dos pesquisadores não-teóricos é avassalador. Já para Estevão de Rezende Martins, as coisas não parecem assim tão ruins. Martins entende que a historiografia é um empreendimento simultaneamente empírico e teórico. “Por conseguinte”, conclui, “qualquer escrita da história é inevitavelmente teórica” (Martins 2017, 131). Para o primeiro, a distinção de Raylane Souza entre “historiador teórico” e “pesquisador não-teórico” faz todo sentido; ao passo que para o segundo tal dicotomia é problemática.⁴

Mas estaremos todos falando da mesma coisa?

Há que se levar em conta que a teoria é, em si mesma, um fenômeno histórico. Existem épocas na trajetória de nossa disciplina, ou espaços institucionais, nos quais a preocupação com o trabalho teórico pode atingir proporções incomuns. Foi o caso no departamento de história da Bielefeld dos anos 1980, onde, segundo relata uma testemunha, a expressão “saturado de teoria” era empregada como uma espécie de distinção (Groebner 2015, 180).

Pelo visto, agora *son em* quem produz a névoa: o problema que nos aflige é a “saturação” ou aquilo que Koselleck (2014, 278) chamou de “indigência teórica”? Ou não será nada disso, porque já estamos a teorizar quando pesquisamos e escrevemos história?

A questão, na minha maneira de entender, demanda um duplo esforço de historicização. Não chegaremos a um porto seguro se não formos capazes de contextualizar o “problema da teoria”. Onde e quando se peca por escassez, quando e onde por excesso? Enquanto fenômeno histórico, a teoria tem seus

⁴ Uma taxonomia mais cuidadosa provavelmente teria de, ao menos, cindir em dois cada um dos tipos. De um lado teríamos historiadores que *produzem* teorias e historiadores que *consomem* teorias; e de outro tanto os historiadores que *ignoram* teorias quanto os que as *rejeitam*. Numa visão algo caricatural talvez se pudesse dizer que o primeiro tipo pensa, o segundo aplica o pensamento alheio, o terceiro não sabe que é capaz de pensar e o quarto se nega terminantemente a fazê-lo.

momentos de ascensão, de difusão e inclusive de refluxo. A dinâmica varia segundo tempos e lugares, presença ou não de tradições reflexivas autóctones, diferentes níveis de organização e segmentação da comunidade de especialistas, complexos processos de recepção, reconfiguração e “emancipação teórica”. Por último, mas não menos importante, temos de deixar mais claro *o que é uma teoria*. Mais que uma mera definição, sugiro que trilhemos um caminho oposto do preconizado pela THSH/TCC: não há possibilidade de se dizer o que “é” uma teoria sem reconstruir a história do conceito.⁵

O termo *theoría* se origina no vocabulário religioso da Grécia. Para os antigos gregos, tudo o que é fundamental se dá a ver (nada mais absurdo, nesse universo cultural, que o *deus absconditus* judaico-cristão). A palavra parece derivar de *theorós*, “aquele que tem uma visão”. De fato, este é o nome que se dá aos que são enviados aos festivais religiosos e à consulta dos oráculos. A íntima associação com a percepção visual fica clara na palavra *theorikón*, aplicada na Atenas dos séculos V-IV a uma espécie de vale-teatro então oferecido pela cidade às camadas mais pobres da população. Mas não há necessidade de irmos tão longe, uma vez que a sobrecarga da acepção visual está inscrita na própria palavra, constituída a partir dos radicais *théa* (“olhar”) e *horán*, (“ver”). De início, *theoría* denota o mesmo que “ver”, “observar”, e, aos poucos, passa a significar também “conhecer”. Em Platão e sobretudo em Aristóteles, o estatuto epistêmico do conceito já está plenamente estabelecido. Ainda assim, a acepção visual/sacral, que ela carrega desde seus primórdios, se mantém. *Theoría* refere-se basicamente ao olhar inquiridor, capaz de apreender a totalidade das coisas, suas causas e conseqüências, desvinculando-se de quaisquer intenções práticas. O conhecimento teórico, seja ele dirigido aos assuntos humanos, seja aos divinos, seja à natureza, é um saber “livre”, um ver e dizer aquilo que é. Com a difusão do cristianismo, seria de se esperar que a conotação religiosa original se mantivesse — algo que a tradução do termo para o latim (*contemplatio*) só faz confirmar. A partir de Boécio, o termo latino *speculatio* passa a se associar intimamente a seu universo semântico. Na escolástica a teoria será colocada em uma função subordinada: para São Tomás, ela é um momento preparatório da plena apreensão da verdade. Ao mesmo tempo, a distinção entre teoria e prática, já presente em Aristóteles, se dissemina no pensamento medieval. É quando se estabelece a convenção — que ainda hoje nos atormenta — de se reservar à teoria os capítulos introdutórios dos tratados eruditos. Tal ordenamento não era, em todo caso, gratuito. De fato, a preeminência que os autores medievais atribuíam à teoria em face da prática — sua “liberdade” — começa a ser questionada na época do humanismo. Na Era Moderna, enfim, o conceito de teoria se difunde extraordinariamente e se pluraliza: ele se confunde com as noções de “hipótese” (Newton), “generalização” (Kant, Schelling), “doutrina” (Fichte) e de reflexão do pensamento sobre si mesmo (Fries). Até que Marx, em meados do oitocentos, desloca definitivamente a balança na direção contrária dos gregos e decreta o primado da práxis sobre a teoria. O aparecimento de uma teoria “crítica” era apenas questão de tempo. Neste ínterim, o prestígio da teoria se amplia cada vez mais. Se Weber afirma, em 1904, que “nada há de mais perigoso que a confusão entre teoria e história”, vinte e quatro anos depois Spann entende que “a teoria não se dá a pensar sem história, nem a história sem

⁵ No parágrafo que segue eu me basio em König e Pulte (2019, cols. 1128-1154), Mckenzie-Mcharg (2019, 62-81), Jameson (2008, 286-303), Gadamer (2002, 206-207; 658-659), Weber (2001, 141), Gehlen (1980, 186), Lübbe (1972, 81-114), Kerényi (1971, 97-113), Ritter (1969, 9-33), Spann (1928, 316) e Pieper (1845, 161).

teoria”. Na epistemologia das ciências naturais, as discussões giram em torno da precedência ou não da teoria sobre a empiria, ou se deve haver uma solução de compromisso entre os dois momentos. Nas ciências humanas, passa a valer a ideia da imprescindibilidade dos conceitos. Em fins do último século, em especial nas humanidades norte-americanas, qualquer hesitação quanto ao valor da teoria passa a ser tomada como expressão de anti-intelectualismo, até mesmo de “positivismo”. Tudo isso mostra a inflexão profunda pela qual passara o conceito. A teoria havia se transformado numa forma de disciplinarização e sujeição do olhar (e isso não vale menos para aquele que propõe teorias), em algo que somente uns poucos são capazes de criar e que a maioria se limita a aplicar, ou, quando muito, a ajustar. Como *terminus technicus*, ela é agora sinônimo de “modelo”, e seu uso proporciona recompensas inegáveis: gera no adepto/usuário o conforto subjetivo de se sentir membro de uma dada corrente teórica, além da sensação de ser capaz de “cavalgar o cavalo empírico”. Para o pesquisador moderno, poucas alegrias se igualam à da “felicidade de preenchimento”, àqueles momentos em que a realidade aparentemente se encaixa no modelo. Não convém ignorar, por outro lado, o fato de que desde meados do século XIX o vocábulo transborda para a linguagem cotidiana, adquirindo novas camadas de sentido. As pessoas o empregam para se referir a toda sorte de elocubração espontaneísta ou puramente lúdica,⁶ bem como, num período mais recente, a interpretações intencionalmente bizarras da realidade (“teoria da terra plana”, “pizzagate theory” etc.). Não é tarefa das mais simples saber, na sociedade contemporânea, onde termina a teoria e onde começa o teoricismo.

Em resumo, a teoria não é o que já foi um dia. Se para os pensadores gregos e medievais ela é (para falar como Gadamer) uma “comunhão sacral” naquilo que se pretende conhecer e explicar, após nossa entrada na modernidade a teoria passa por um processo de secularização e mecanização que fez dela uma ferramenta epistêmica, uma técnica. Nada há de mais moderno que a ideia de que o conhecimento precisa ser “útil”. Nos termos da mentalidade utilitária que passou a definir nossa relação com quase tudo — e que desde Bacon se estendeu à teoria (Jonas 2001, 188-210) —, o pesquisador “teórico” pode estar seguro de obter uma identidade e um lugar ao sol no concorrido mundo da academia, mas nem sempre a plena certeza de que pensa por si mesmo. Invertendo o princípio que o caracterizou ao longo de séculos, o saber teórico deixa de ser livre e se confunde com um meio para atingir objetivos extraepistêmicos, tais como ganho de produtividade, discípulos, dominação/emancipação política, até mesmo “felicidade”. Não deixa de ser irônico, nesse sentido, que a antiga acepção religiosa volta e meia aflore. O medievalista Valentin Groebner escreve que para sentir-se um verdadeiro historiador em Bielefeld era indispensável “evocar os nomes de santos padroeiros teóricos junto com certas palavras mágicas nas próprias exposições ou nos comentários às exposições dos outros” (Groebner 2015, 185). Situações assim, familiares a qualquer pesquisador nas ciências sociais e nas humanidades, de fato revelam uma conotação religiosa sub-reptícia. O decisivo aqui é menos o recurso à metáfora dos santos padroeiros e das palavras

⁶ Título de um texto publicado recentemente na plataforma G1: “As teorias que tentam explicar a onda de separações entre famosos. As explicações da numerologia, da astrologia, e até da ‘maldição de Ivete Sangalo’ para a série de términos anunciados nas últimas semanas”. Disponível em <https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2023/09/30/as-teorias-que-tentam-explicar-a-onda-de-separacoes-entre-famosos.ghtml>. Acesso em 30 set. 2023.

mágicas do que o caráter obrigatório — isto é, *ritual* — que a linguagem adquire em tais circunstâncias.

Essas sumaríssimas considerações sobre a história do conceito servem para elucidar algo importante. Em grande medida, a resposta à pergunta pelo *quantum* de teoria de que devemos dispor dependerá do sentido que atribuímos ao termo. Se o que se tem em mente é a teoria dos modernos, talvez as preocupações de Costa Lima se justifiquem; se, por outro lado, nos orientamos pela *theoría* dos gregos, então a posição de Estevão Martins estará mais próxima da realidade das coisas.

O que interessa sublinhar aqui, porém, é que há indícios de que as placas tectônicas parecem estar se movendo mais uma vez. Que o equilíbrio entre *theoría* e teoria está se alterando, mostra-o o interesse renovado — inclusive entre autores marxistas (Pal 2021) — pelo historicismo ao longo dos últimos anos.

Penso ser elucidativo recorrer, pela enésima vez, ao caso de Leopold von Ranke. Graças ao importante estudo de Zemlin (1988, 262-316), sabemos que era ao sentido originário do termo que Ranke se referia quando, no prefácio às *Histórias dos povos latinos e germânicos*, anunciou sua intenção de dar a ver, isto é, de “mostrar o que realmente foi”.⁷ Em um texto de 1832, isso fica ainda mais claro: “a verdadeira teoria — visão, como diz a palavra — [é] um olhar vivo que busca a apreensão do existente e suas leis” (Ranke 1877, 246). A sensibilidade romântica, com sua pletera de metáforas visuais e seu gosto pela contemplação, representava para Ranke e tantos outros de sua geração uma tentativa de acessar o mundo nos termos de uma indexicalidade própria, alternativa às premissas que hoje orientam os “historiadores teóricos”. Pode-se mesmo aventar que a tradição historicista havia se tornado um dos últimos bastiões da *theoría* contra a tendência de se associar rigor e sofisticação intelectual à capacidade de estabelecer generalizações e abstrair.

Em campos de pesquisa adjacentes, como a história econômica e a história do direito, as tensões daquela época revelam com maior nitidez o enrijecimento por que passava a semântica da teoria. Um claro indício pode ser encontrado em *A economia política do ponto de vista do método histórico*, obra em que Karl Knies reage ao “absolutismo da teoria”. Trata-se, diz ele, da “pretensão de apresentar algo incondicional, igualmente válido para todos os tempos, países e nacionalidades”, ou seja, um estilo de pensamento marcado pela “desconsideração das diferenças produzidas pela diversidade de épocas”. Por oposição, a perspectiva histórica em economia encara a si mesma como

fruto do processo de desenvolvimento histórico, quaisquer que sejam sua forma e configuração, argumentos e resultados; ela brota de uma ligação viva com o organismo geral de um período da história humana e dos povos [...]. O próprio absolutismo da teoria, onde logrou alcançar vigência como estágio do desenvolvimento histórico, só existe enquanto filho dessa época e denota uma certa fase no processo histórico da economia política (Knies 1853, 18-19).

É difícil dizer, sem um estudo mais cuidadoso, em que medida o impacto causado pelas descobertas de Darwin e o entusiasmo pelas ideias de Comte, Spencer ou Marx podem ter contribuído para que a sinonímia entre teoria e generalização ganhasse terreno nas ciências sociais. Fato é que a “querrela dos métodos” da década de 1880 não tem outro pano-de-fundo senão este. O

⁷ Em seu *Elogio da teoria*, Gadamer anota: “Tocamos aqui na raiz daquilo que podemos chamar de teoria: ver aquilo que é” (Gadamer 1980, 84).

pontapé inicial da crítica anti-historicista é dado pelo economista austríaco Carl Menger, para quem as ciências históricas e “ciências teóricas” são coisas fundamentalmente distintas. Não há teoria possível onde o evento singular porventura esteja no topo das prioridades cognoscitivas. Inspirado pelo modelo de ciência social de Spencer, ele afirma que a teoria econômica tem por meta “pesquisar e expor a essência e as conexões gerais (leis) dos fenômenos econômicos” (Menger 1883, 13; 26-27; 240; 254-255).

Em larga medida, a querela dos métodos na economia política se resumia ao ter de decidir *entre* teoria e história. No campo do direito a contraposição se dava, segundo Rudolf von Jhering, entre teoria e práxis. Seu *Scherz und Ernst in der Jurisprudenz* (1884) é talvez a mais bem-humorada e vigorosa crítica publicada até hoje contra o teorismo e o fetichismo do conceito: “a especulação teórica (*Konstruktion*) é para o especialista em direito privado, hoje, o mesmo que a creolina para uma dama que se apresenta à sociedade”.⁸ A persona do autor confessa ter sucumbido à tentação em sua juventude: “Eu ardia em meu desejo de dedicar-me à criação teórica [...]. Hoje, meu nome figuraria talvez em escritos teóricos imortais”. Com o passar dos anos, porém, ele se dá conta do sem-sentido da coisa e decide escrever suas *Cartas confidenciais sobre a jurisprudência atual*. “O que pretendi combater nestas cartas não é a tendência especulativa em si, mas suas aberrações”, explica (Jhering 1974, 25; 36; 52). A convencional divisão de trabalho entre teóricos e não-teóricos se anuncia aqui, com a singular diferença que von Jhering empresta sua voz aos últimos. Colocando-se na condição de um simples operador do direito, ele admite que se tivesse de fabricar seu próprio “armamento teórico” lhe faltaria tempo para o exercício da profissão.

Por isso, não podemos agradecer suficientemente à Providência por nos ter livrado dessa tarefa e por nos ter assegurado, mediante uma incessante fabricação de teóricos, que sejamos providos regularmente desses prolegômenos. A divisão de trabalho mais uma vez deu mostras de suas grandes vantagens. Enquanto nós podemos, sem preocupações, dedicar todas as nossas energias às próprias tarefas, e nossas horas vagas à caça, ao *whist*, à política ou ao que quer que seja, os teóricos, graças à sua dedicação exclusiva, logram alcançar a suprema maestria em seu terreno. Em suas mãos a espada da justiça, amolada na pedra da teoria (*theoretischen Schleifstein*), adquiriu um fio de fazer inveja à maioria das navalhas (Jhering 1974, 53).

Mas a metáfora equestre, evocada na seção anterior deste artigo, tem na obra de von Jhering um sentido ligeiramente distinto.

Em que pese meu tenaz apego à teoria, ou, melhor dizendo, justamente *por causa* dele, sempre me via ignominiosamente catapultado da sela e lançado ao chão. Me sentia como um aplicado estudante de veterinária que assistiu assiduamente as aulas de anatomia do cavalo e, confiando em seus conhecimentos científicos, ousa montar um brioso corcel para logo se dar conta, em uma vala à beira do caminho, que conhecer a anatomia do cavalo é algo diferente de cavalgar (Jhering 1974, 72).

⁸ Empreguei a excelente tradução castelhana de Tomás Banzhaf, fazendo apenas algumas adequações a partir do texto original.

O que tentei mostrar com os exemplos acima, na contramão de Raylane Souza, é que também na teoria da história o recuo às “origens” pode ser um empreendimento oportuno. Espero, em todo caso, que minha brevíssima recapitulação da trajetória do conceito de teoria não seja lida como uma sugestão de que a teoria-enquanto-modelo é um desenvolvimento ilegítimo da *theoria*. Juízos assim não fazem sentido algum em história. Tratava-se simplesmente de lançar um olhar historicista sobre “a” teoria de maneira a, quem sabe, problematizar a relação que nos habituamos a manter com ela.

A ERA DO OXÍMORO

A teoria como “cultura” acadêmica estará em declínio? Não custa lembrar que questionamentos importantes eram feitos, cem anos atrás, por autores como Bergson, Wittgenstein e Husserl, para os quais certas noções de que o teorismo dominante costuma desdenhar, como “intuição” e “descrição”, assumem o primeiro plano. O projeto de se “voltar às coisas mesmas” e desenvolver uma “visão das essências” foi uma tentativa de reacessar o sentido originário do conceito de teoria. Ironicamente, as discussões a respeito ficaram relativamente restritas à tribo dos filósofos, sem adquirir influência substantiva nas ciências da experiência.

Foi justo no momento em que a teorização ganhava enorme tração nas humanidades — entre as décadas de 1960 e 1970 — que os primeiros sinais inquietantes começaram a surgir. Refiro-me à assim chamada *grounded theory* e, em especial, à etnometodologia. O programa da última, fiel às premissas do método fenomenológico, é declaradamente “antiteórico” (Lynch 1999).⁹ Dado o caráter algo marginal das duas correntes, mesmo entre os sociólogos, é natural que essa pequena nuvem em momento algum tenha tirado o bom humor dos que acreditavam que o “longo verão da teoria” (Felsch 2022) jamais teria fim.

O entusiasmo pela teoria em sua acepção moderna (especialmente entre os que acreditavam “ultrapassar” a modernidade) era tamanho que ninguém se deu conta que o mal-estar não estava restrito a correntes marginais da sociologia. Em 1978, Edward P. Thompson publica seu vibrante libelo contra o teorismo de Althusser. A crítica fundamental do historiador britânico ao pensador francês é a mesma que fizemos à THsH mais acima, e se resume a uma palavra: experiência, ou antes, a ausência dela nas elocubrações de quem quer que pretenda dizer algo de substantivo sobre a história. Sua recente reedição no Brasil (Thompson 2021) não deixa de ser um indício a mais do que ousei chamar de movimentação de placas tectônicas. O que Thompson fez pela história, fez José Guilherme Merquior em sua história intelectual do pós-estruturalismo, *De Praga a Paris*. Chega a ser irônico que um historiador marxista e um intelectual liberal pudessem escrever dois livros tão parecidos — inclusive no tom — entre si. Enquanto Thompson rejeita o teorismo de Althusser e constata o esgotamento da tradição marxista (embora preservasse Marx), Merquior se refere ao pós-estruturalismo como a “nova traição dos intelectuais”, crítica o *overrating* das possibilidades da teoria literária, o “dilúvio desvairado de teorização” e afirma que a retórica iconoclasta então em voga não escondia o paroquialismo em que se haviam se metido as humanidades (Merquior 1991,

⁹ Na taxonomia que esboçamos na nota nr. 4 sobre as relações possíveis com a teoria, o quarto tipo não se refere *apenas* aos positivistas. Os praticantes da fenomenologia estão igualmente incluídos. A respeito, cf. Blumenberg (1994, 157).

280-284). Não obstante, o alcance dos livros de Thompson e Merquior foi restrito; o primeiro por se circunscrever ao campo marxista, e o segundo porque seu autor era virtualmente um proscrito na universidade brasileira da época.

Que uma sinergia gradativamente se formava, dá prova o aparecimento de *O riso da mulher de Trácia*, de Hans Blumenberg. Apenas um ano depois da publicação de Merquior, esta “pré-história da teoria”, como reivindica o subtítulo do livro, reconstrói a longa recepção de uma divertida narrativa cuja origem é identificada em Esopo:

Um astrônomo tinha por hábito sair todas as noites para observar os astros. Ora, um dia, andando pelos arredores e absorvido completamente na contemplação do céu, caiu em um poço. Como se lamentasse e gritasse, alguém que por ali caminhava ouviu seus gemidos, aproximou-se e, tomando conhecimento do ocorrido, disse-lhe: “Oh! Amigo, tentando ver o que há no céu, tu não vês o que está sobre a terra?” (Esopo 1994, 42).

Esopo extrai da anedota a seguinte lição: “Poderia ser aplicada essa fábula àqueles homens que alardeiam coisas extraordinárias mas são incapazes de se conduzir nas coisas comuns da vida”.

O risco do ridículo, diz Blumenberg, está sempre a rondar o teórico. Pois o alheamento do mundo, o afastamento da experiência, é sua condição.¹⁰ Ora, ao menos desde o belo filme *Nostalgia da Luz*, de Patricio Guzmán, se sabe que o que é dito do astrônomo vale igualmente para o historiador. Com efeito: “o astrônomo moderno é projetado, pela sua imaginação, todas as noites para dentro da fortaleza de seus instrumentos, enquanto dorme tranquilamente deixando a chapa em exposição *a observar por si*”.¹¹ Mas isso talvez nem seja o

¹⁰ Percebo a leve irritação dos meus leitores, que balançam a cabeça em sinal de desaprovção. Esta seria uma concepção tradicional, pré-crítica e “conservadora” da relação que o intelectual moderno estabelece com a teoria. Seria nela, somente nela, que o risco do ridículo se coloca. Pois a teorização que de fato interessa é compreendida como uma necessidade fundamental, mas que só adquire pleno sentido quando se traduz — dialeticamente — em práxis transformadora da realidade. Estou disposto a admitir que há algo de razoável na crítica que me faz o leitor; a ela, contudo, escapa o mais importante: o momento mesmo da teorização jamais coincide com o do agir no mundo. Numa palavra, o tempo da práxis é sempre um “depois de”, e a expressão corriqueira “parar para pensar” revela a impossibilidade de nos dedicarmos às duas tarefas *simultaneamente*. Proponho, ainda, abordar a questão de uma perspectiva distinta, no que poderia ser um bosquejo de fenomenologia dos espaços da teoria. Lembrem-se, antes, das reveladoras palavras daquele célebre filósofo: “quanto mais elevada for a consciência, tanto mais excluído do mundo estará o ser consciente”. Não há dúvida de que para “fazer” teoria (e aqui me refiro tanto ao sentido originário quanto ao moderno, tanto à teoria mais desinteressada quanto à mais crítica) é necessário se refugiar numa cela ou num gabinete de trabalho, com seu computador e seus livros à mão, e afastar-se dos problemas mezinhos da vida cotidiana: o supermercado, os filhos, os alunos. Em qualquer transmissão on-line o intelectual nos dá a visão de seu refúgio. É um espaço limpo, bem iluminado, com um toque de discreta sofisticação e títulos de obras famosas cuidadosamente dispostas na estante para serem captadas pela câmera. Não há vozes de crianças ou familiares ao fundo — via de regra, o teórico está só —, nada que lembre a existência de uma realidade externa, caótica e ameaçadora, mas apenas aquele reconfortante silêncio sem o qual as ideias relutam em descer à terra. Trata-se de um espaço organizado segundo leis próprias, e no qual se dão a ler todos os elementos de uma estética do bom-gosto, cuidadosamente depurada, em suma: burguesa. São códigos que lembram os da publicidade da indústria automobilística, em que o feliz proprietário percorre avenidas completamente vazias, livres do estorvo provocado por outros seres humanos e outros veículos. Quase nada se compara ao conforto subjetivo proporcionado por uma cela sobre quatro rodas e paisagens de sonho. A diferença entre o primeiro personagem e o segundo é que, no caso do intelectual crítico, o eudemonismo da solidão é posto a serviço de uma “causa”.

¹¹ O grifo é meu.

pior. Ainda mais embaraçosa se torna a situação da teoria “quando a incompreensão é o modo de compreensão essencial desta forma de pensamento”, bem como a do teórico quando “se aproxima do fenótipo do burocrata” (Blumenberg 1994, 2-3; 7; 148).

No início deste século, irritados com o juízo de Lyotard sobre o “fim” das grandes narrativas e com a ascensão dos estudos culturais, autores marxistas reagem acusando seus críticos pós-modernos e neopragmatistas de praticarem “antiteoria” (Eagleton 2003, 54). Ou então, afirmando que “hoje nós precisamos não de menos, mas de mais teoria” (Jameson 2008, 300). *Mais* teoria... em meio ao crepúsculo! Digo isso porque os sinais dos tempos já estavam à vista de todos. Em 2005, uma pesquisa do *Times Higher Education Supplement* revelou que embora 78% dos docentes nos departamentos de inglês na Grã-Bretanha considerassem que as teorias surgidas a partir da década de 1960 tinham representado uma contribuição positiva, 44% constatavam um declínio das mesmas (Pearce 2011, 81). Essa sensação provavelmente se fortaleceu ainda mais, naquele mesmo ano, após a publicação da coletânea *Theory's Empire*. Para seus organizadores, Daphne Patai e Will Corral, chegamos ao ponto em que crença na “inevitabilidade da teoria” se tornou “um artigo de fé”, pois “a despeito das reivindicações do relativismo pós-moderno”, o mundo da teoria em geral se mostra “intolerante” face aos dissidentes. E as razões do mal-estar vão além. Nos processos seletivos para a contratação de novos professores, constatam eles, “vemos candidato após candidato apresentar dossiês, teses e memoriais que são intercambiáveis e totalmente previsíveis” (Patai e Corral 2005, 6; 8; 11). Não há razão para não estender tal diagnóstico à nossa própria área, como os mais experientes certamente hão de admitir. As palavras dos organizadores de *Theory's Empire* indicam que, para além do engessamento retórico (nem direi reflexivo), um dos maiores problemas do teoricismo nas humanidades é o de colocar sob risco algo que efetivamente nos distingue, ou deveria nos distinguir, das ciências da natureza: a conquista, à custa de trabalho árduo, da própria dicção.

É verdade que Chris Anderson (2008), então editor da influente revista *Wired*, chegou a proclamar o “fim” da teoria. Com o advento da era do *big data*, o método científico teria se tornado obsoleto: “abaixo toda teoria do comportamento humano, da linguística à sociologia”. Formular hipóteses, estabelecer relações de causalidade, criar modelos e testá-los — tudo isso seria coisa do passado. O anúncio de Anderson não encontrou eco, uma vez que as ciências naturais são altamente imunes contra essa linguagem do fim que seduz a tantos nas humanidades. Isso se deve, como mostrou Arnold Gehlen, ao fato de que crises epistêmicas tendem a eclodir na razão inversa da proximidade com a experiência que é própria de um dado campo disciplinar (Gehlen 1961, 41).

Não cabe a mim especular se ao outono da teoria há de se seguir, pela lógica das coisas, um longo hibernar e, depois dele, uma retomada sob novas e inspiradoras bases.¹² Eu gostaria apenas de arriscar um marco final para essa história. Duas publicações me fazem ver no ano de 2012 um momento importante: é quando vêm a público *O fetichismo do conceito*, do sociólogo brasileiro Luís de Gusmão, e o número especial sobre teoria da *Zeitschrift für Ideengeschichte* (ZIG). Ninguém, no Brasil dos últimos dez anos, teve como Gusmão tanta clareza a respeito do que ele caracteriza como os “limites do conhecimento teórico”, ninguém como ele defendeu de maneira tão incisiva o recurso às “descrições densas” de que falava Geertz. Quanto a nós, historiadores, basta

¹² A propósito, o título do presente artigo é retirado da apresentação de Eva Horn (2016) ao debate promovido pela *Zeitschrift für Kulturwissenschaften* sobre a crise da teoria.

destacar uma passagem do texto de abertura ao referido dossiê da ZIG: “Hoje o conceito de teoria já deixou para trás sua última luz crepuscular. Foram-se os tempos em que a teoria era a mais poderosa divisa das ciências humanas” (Raulff; Schlak 2012, 4). Mesmo em uma disciplina como a Ciência Política, em que o afã pela criação de modelos é largamente difundido, há quem esteja de acordo com tal diagnóstico (Hacke 2021, 40-41).

Com a difusão da crítica decolonial nas nossas humanidades — para citar apenas uma corrente em voga — a visão melancólica de um outono da teoria corre o risco de parecer despropositada, quando não um flagrante delito de eurocentrismo. É até possível que tal processo em nada nos diga respeito, e um historicista como eu sempre estará disposto a realçar a singularidade das situações. Mas historicismo não é sinônimo de nominalismo; ele igualmente admite que, por vezes, grandes ondas se espriam para além das fronteiras nacionais e dos continentes, carregando tudo ou quase tudo consigo. Até meados da década passada, uma dessas ondas, dotada de enorme potência emancipadora, foi vista e sentida em diversas partes do mundo. Hoje, nem o mais fervoroso de seus simpatizantes ousaria dizer que aquela energia não se dissipou, ou que ela não dá nítidos sinais de ter se transferido para o polo oposto do espectro político. A moderna teoria-enquanto-modelo terá uma sorte idêntica, também entre nós? Acreditar na inevitabilidade deste movimento é algo que contraria, na essência, a forma como entendo o ofício do historiador, qualquer que seja a adjetivação que se dê a ele. O futuro da teoria, como de tudo que diz respeito ao ser humano, segue aberto.

Como quer que seja, a hipótese de Gehlen sobre a grau de proximidade com a experiência enquanto inibidor de crises epistêmicas me parece sólida, e não apenas porque de alguns anos para cá os pesquisadores voltam a se dar conta da importância do trabalho de arquivo na bioquímica do processo reflexivo (Bloch: “antes da interpretação vem a descoberta”), ou porque coaduna com a forma como nossos mestres entendiam e praticavam história e teoria da história. Tal hipótese nos ajuda a entender por que a ciência histórica, diferentemente dos estudos literários e da teoria da história, passou ilesa pela *Blitzkrieg* pós-estruturalista. Sobretudo após se tornar claro que uma versão popularizada da “desconstrução” — essa apoteose da negação da experiência — se tornou uma poderosa arma nas mãos da extrema-direita global, só nos resta dar razão a Ciro Flamarion Cardoso, quando nos advertia que “o antirrealismo não é politicamente inocente” (Cardoso 2005, 72). Penso que uma possibilidade a ser considerada seria investir em uma articulação mais pé-no-chão entre teoria da história e prática historiográfica. Quem ainda acredita seriamente que é possível decifrar o hieroglifo da história ou estabelecer com segurança a grande tábua das constantes antropológicas? Significa ainda dizer que, a despeito de sua natureza intrinsecamente reflexiva e, por vezes, abstrata, convém à meta-história se prevenir contra essa tendência contraproducente que é a de se considerar um campo autônomo de investigação. É um erro, aliás, a ideia de que a história dos conceitos ou a história da historiografia devam ser parceiras preferenciais. A história social, política, econômica, das religiões, dos intelectuais, das ideias ou das ciências (tanto as humanas quanto as naturais) não estão menos aptas a complementar e, no limite, se fundir com a reflexão meta-histórica. Mais ainda, a vetusta divisão de trabalho entre historiadores “teóricos” e “não-teóricos” precisa ser abandonada de uma vez por todas. A recorrente tendência da teoria ao esoterismo pode ser mitigada no diálogo contante com a práxis historiográfica concreta, inclusive a daqueles que veem os teóricos com algum grau de

ceticismo. Deveríamos voltar a ter ouvidos para o que dizem os “não-teóricos”, pois há boas razões para acreditar que é justamente entre eles que a antiga chama da *theoría* se mantém acesa.

Nada impede, bem sei, que as coisas tomem um rumo completamente diferente. Se olhamos um pouco para trás, e depois à nossa volta, impressiona como o gosto nihilista pelo oxímoro se introduziu em nossa linguagem, em nossa episteme e inclusive em nossa realidade fática: fatos alternativos, golpe jurídico-parlamentar, revolução conservadora, neofascistas libertários, traficantes evangélicos, médicos antivacina, historiadores presentistas, *sunny nihilists*. Há antinomias para todos os gostos e ocasiões, e os “historiadores teóricos” são especialmente fascinados por elas. Basta pensar na recorrência de fórmulas sedutoras como história da literatura sem literatura (Paul de Man), hermenêutica do incompreensível (H.-D. Kittsteiner), teoria da história sem história (Raylane Souza) ou historiografia sem grafia (H.-U. Gumbrecht).¹³ Irresistivelmente atraído pelo estranho brilho que emana de construtos assim, o aficionado por teorias continua a consumi-las de boa-fé sem dar conta de que, com uma frequência bem maior que é capaz de imaginar, o que ele tem em mãos é um MacGuffin.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Chris. The End of Theory: the data deluge makes the scientific method obsolete. *Wired Magazine*, 23 jun. 2008. Disponível em <https://www.wired.com/2008/06/pb-theory/>. Acesso em 21 set. 2023.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- BLUMENBERG, Hans. *O riso da mulher de Trácia. Uma pré-história da teoria*. Lisboa: Difel, 1994.
- BROWN, Wendy. *Nihilistic Times. Thinking with Max Weber*. Cambridge: The Belknap Press, 2023.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios*. Bauru: Edusc, 2005.
- CURNEO, Terence. *The Normative Web. An Argument for Moral Realism*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- EAGLETON, Terry. *After Theory*. New York: Basic Books, 2003.
- ESOPO. *Fábulas completas*. São Paulo: Moderna, 1994.

¹³ Como a última denominação é de minha própria lavra, convém esclarecer. Ante o que supõe ser o esgotamento das possibilidades da nossa ciência (e não da teoria-enquanto-modelo), Gumbrecht faz a seguinte recomendação aos historiadores: “un nuevo enfoque del pasado que haga hincapié en la corporeidad debería tratar de volver a poner de relieve los rituales” (Gumbrecht 2023, 32). A tradicional suspeita da desconstrução pela escrita tem aí o seu mais recente e curioso capítulo. Uma memória para o nosso tempo há de ser, afirma-se, uma memória corporificada, ritualizada. Desde Van Gennep, porém, sabemos que rituais não são dispositivos sociais orientados apenas para a rememoração, uma vez que também existem ritos de esquecimento (é comum que ritos de passagem culminem num “apagamento” da identidade anterior do sujeito, que passa a adotar um novo *ethos* e, não raro, um novo nome pessoal). Gumbrecht não me parece estar nem um pouco preocupado com essa ambivalência da relação do rito com a memória, e que desde sempre o caracteriza enquanto fenômeno cultural. Uma “nova” memória histórica que “volte” (!) a se valer do rito, desvinculada do suporte da escrita e do *logos*, nos lançaria num terreno em que os sistemas religiosos reinam absolutos. É escusado dizer que a maneira como eles lidam com o passado não é nem pode ser a nossa.

FELSCH, Philipp. *The Summer of Theory. History of a Rebellion (1960-1990)*. Cambridge: Polity Press, 2022.

GEHLEN, Arnold. Vom Wesen der Erfahrung. In: GEHLEN, A. *Anthropologische Forschung*. Reinbeck: Rowohlt, 1961.

GEHLEN, Arnold. Wirklichkeitsbegriff des Idealismus. In: GEHLEN, A. *Gesamtausgabe*, Band 2. Frankfurt am Main: Klostermann, 1980.

GROEBNER, Valentin. Theoriegesättigt. Ankommen in Bielefeld 1989. In: ASAL, Sonja; SCHLAK, Stephan (Hrsg.) *Was war Bielefeld? Eine ideengeschichtliche Nachfrage*. Göttingen: Wallstein, 2015.

GADAMER, Hans-Georg. *Lob der Theorie*. Lambert Schneider: Heidelberg, 1980.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método*. Petrópolis: Vozes, 2002.

GUMBRECHT, Hans-Ulrich. Encarnación, empatía, rituales. Qué hacer con el pasado tras el fin de la historia. *Historia y Grafía*, v. 30, n. 60, p. 21-34, 2023.

GUSMÃO, Luís de. *O fetichismo do conceito. Limites do conhecimento teórico na investigação social*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

HACKE, Jens. *Liberale Demokratie in schwierigen Zeiten. Weimar und die Gegenwart*. Hamburg: Europäische Verlagsanstalt, 2021.

HORN, Eva. Herbst der Theorie? *Zeitschrift für Kulturwissenschaften*, v. 10, n. 1, p. 119, 2016.

JAMESON, Fredric. *The Ideologies of Theory*. London: Verso Books, 2008.

JHERING, Rudolf von. *Bromas y veras en la jurisprudencia*. Buenos Aires: Europa-America, 1974.

JONAS, Hans. The Practical Uses of Theory. In: JONAS, H. *The Phenomenon of Life. Towards a Philosophical Biology*. Evanston: Northwestern University Press, 2001.

KERÉNYI, Karl. *Antike Religion*. München: Langen Müller, 1971.

KNIES, Karl. *Die politische Ökonomie vom Standpunkte der geschichtlichen Methode*. Braunschweig: C. A. Schwetschke und Sohn, 1853.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo. Estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2014.

KÖNIG, Gert; PULTE, Helmut. Theorie. In: RITTER, Joachim et alii (eds.) *Historisches Wörterbuch der Philosophie*. Band 10. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 2019.

LIMA, Luiz Costa. *Frestas. A teorização em um país periférico*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2013.

LÜBBE, Hermann. *Bewusstsein in Geschichten. Studien zur Phänomenologie der Subjektivität*. Freiburg: Rombach, 1972.

LYNCH, Michael. Silence in Context: Ethnomethodology and Social Theory. *Human Studies*, v. 22, n. 2-4, p. 211-233, 1999.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. *Teoria e filosofia da história. Contribuições para o ensino de história*. Curitiba: W. A. Editores, 2017.

MENGER, Carl. *Untersuchungen über die Methoden der Sozialwissenschaften, und der Politischen Ökonomie insbesondere*. Leipzig: Duncker & Humblot, 1883.

MERQUIOR, José Guilherme. *De Praga a Paris. O surgimento, a mudança e a dissolução da ideia estruturalista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

MCKENZIE-MCHARG, Andrew. Conspiracy Theory: The Nineteenth-Century Prehistory of a Twentieth-Century Concept. In: USCINSKI, Joseph E. (ed.) *Conspiracy Theories and the People Who Believe Them*. New York: Oxford University Press, 2019.

PAL, Maia. Radical Historicism or Rules of Reproduction? New Debates in Political Marxism. *Historical Materialism*, v. 29, n. 3, p. 33-53, 2021.

- PATAI, Daphne; CORRAL, William H. (eds.) *Theory's Empire. An Anthology of Dissent*. New York: Columbia University Press, 2005.
- PEARCE, Mark. Have Rumors of the 'Death of Theory' been Exaggerated? In: BINTLIFF, John; PEARCE, Mark (eds.) *The Death of Archeological Theory?* Oxford: Oxbow Books, 2011.
- PIEPER, Henrich August (ed.) *Universal-Lexikon der Gegenwart und Vergangenheit (zweite Auflage)*. Altenburg: Pieper, 1845.
- RANKE, Leopold von. *Zur Geschichte Deutschlands und Frankreichs im neunzehnten Jahrhundert*. Leipzig: Duncker & Humblot, 1887.
- RAULFF, Ulrich; SCHLACK, Stephan. Zum Thema. *Zeitschrift für Ideengeschichte*, v. 6, n. 4, p. 4, 2012.
- RICKERT, Heinrich. *Die Grenzen der naturwissenschaftlichen Begriffsbildung. Eine logische Einleitung in die historischen Wissenschaften*. Band 3.1. Berlin: De Gruyter, 2023.
- RITTER, Joachim. Die Lehre vom Ursprung und Sinn der Theorie bei Aristoteles. In: RITTER, J. *Metaphysik und Politik*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1969.
- RÜSEN, Jörn. *Teoria da história. Uma teoria da história como ciência*. Curitiba: Ed. UFPR, 2015.
- RUSSEL, Bertrand. *The Philosophy of Logical Atomism*. London: Routledge, 2010.
- SCHELSKY, Helmut. El hombre en la civilización científica. In: HÖFFE, Otfried; ISENSEE, Josef (Orgs.) *Panorama de filosofía política*. Ciudad de México: Konrad Adenauer, 2007.
- SCHÜTZ, Alfred. *A construção significativa do mundo social*. Petrópolis: Vozes, 2018.
- SOUZA, Raylane Marques. Teoria do conhecimento histórico sem história. *Revista de Teoria da História*, v. 26, n. 1, p. 246-255, 2023.
- SPANN, Othmar. Über die Einheit von Theorie und Geschichte. In: VVAA. *Aus Politik und Geschichte. Gedächtnisschrift für Georg von Below*. Berlin: Deutsche Verlagsgesellschaft für Politik und Geschichte, 1928.
- STRAUSS, Leo. German Nihilism. *Interpretation*, v. 26, n. 3, p. 353-378, 1999.
- THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria e outros ensaios*. Petrópolis: Vozes, 2021.
- WEBER, Max. A "objetividade" do conhecimento na ciência social e na ciência política. In: WEBER, M. *Metodologia das ciências sociais*, vol. 1. São Paulo/Campinas: Cortez/Ed. Unicamp, 2001.
- WEILER, Winfried. *Nihilismus. Geschichte, System, Kritik*. Paderborn: Schöningh, 1980.
- WRIGHT, Jake. Towards a Response to Epistemic Nihilism. In: MACKENZIE, Alison; ROSE, Jennifer; BHATT, Ibrar (eds.) *The Epistemology of Deceit in a Postdigital Era*. Cham: Springer, 2021.
- ZEMLIN, Michael-Joachim. *Geschichte zwischen Theorie und Theoria. Untersuchungen zur Geschichtsphilosophie Rankes*. Würzburg: Königshausen & Neumann, 1988.

OUTONO DA TEORIA?

Sobre o significado de uma teoria do conhecimento histórico sem história

Artigo recebido em 15/09/23 • Aceito em 20/11/23

DOI | doi.org/10.5216/rth.v26i2.77459

Revista de Teoria da História | issn 2175-5892



Este é um artigo de acesso livre distribuído nos termos da licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja citado de modo apropriado